

Representantes da Agência esteve presente em debates estratégicos do 17º Seminário Unidas, em Brasília, ao lado de outras lideranças do setor

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) participou, entre os dias 14 e 15/4, da 17ª edição do Seminário Unidas (União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde), realizado no Centro Internacional de Convenções do Brasil, em Brasília (DF).

Conhecido como um dos principais encontros da saúde suplementar do país, o evento reuniu gestores de planos de saúde de autogestão, autoridades da saúde suplementar e especialistas nacionais. Em pauta, temas como a nova autogestão em saúde, a judicialização e a incorporação tecnológica, com foco em inovação, colaboração e valorização institucional.

O seminário foi aberto pelo diretor-presidente da ANS, Wadih Damous, que classificou o atual momento do setor como um ponto de inflexão, caracterizado como uma crise estrutural. Em seguida, Wadih Damous participou da mesa Novos marcos regulatórios: Caminhos e impactos para a saúde suplementar ao lado de outras lideranças da saúde. “O que está em jogo não é apenas equilíbrio de contratos, nem apenas a sustentabilidade financeira das operadoras. O que está em jogo é a capacidade do país de assegurar cuidado digno, racional e acessível a milhões de brasileiros”, declarou Damous.

O diretor-presidente da ANS, Wadih Damous, compôs o painel de abertura do 17º Seminário Unidas

No turno da tarde, a ANS foi representada em duas iniciativas: a diretora de Fiscalização, Eliane Medeiros, apresentou o painel Regulação responsiva e novo modelo de fiscalização da ANS, que abordou a [RN 657/2025](#). O debate teve mediação de Werner Dall, presidente do conselho deliberativo da UNIDAS e diretor-presidente na Abertta Saúde; e contou, também, com José Luiz Toro, consultor jurídico da UNIDAS. Segundo a diretora da ANS, não se trata apenas de fiscalizar, mas de orientar e induzir boas práticas. “Estamos vivendo uma mudança de paradigma na fiscalização da saúde suplementar. Com o novo modelo, priorizamos a conformidade e o ajuste de conduta como ferramentas de melhoria contínua da assistência. Eventos como este são essenciais para alinhar essas expectativas e fortalecer a proteção ao consumidor”, reforçou Eliane.

A diretora de Fiscalização da ANS, Eliane Medeiros (centro), entre Werner Dall (esquerda), presidente do conselho deliberativo da UNIDAS e diretor-presidente da Abertta Saúde, e José Luiz Toro (direita), consultor jurídico da entidade

Já a diretora de Gestão interina da ANS, Carla Soares, participou da oficina Interoperabilidade, dados e transparência: A regulação do futuro, com apoio MSD, ao lado de Cesar Nomura, presidente do conselho de administração da Abramed; e Marco Antonio Bego, diretor executivo do INRAD e do InovaHC. A moderação foi de Eli de Melo Jr., vice-presidente da UNIDAS e presidente da Postal Saúde. Carla defendeu a importância da interoperabilidade para integrar informações e permitir que elas circulem de forma eficiente no ecossistema de saúde. “Temos observado um avanço significativo da inovação em saúde, com novas tecnologias, tratamentos e soluções digitais. No entanto, a fragmentação dos dados em sistemas que não se comunicam ainda limita a análise e reduz o potencial de uso dessas informações para qualificar o cuidado e a gestão”, argumentou a diretora.

A diretora de Gestão interina da ANS, Carla Soares, durante a oficina Interoperabilidade, dados e transparência: A regulação do futuro, com apoio MSD

O primeiro painel do dia 15/4 abordou o tema Segurança jurídica e judicialização: Novos critérios, novos paradigmas, contou com a presença do Procurador-chefe da Procuradoria federal junto à ANS, Daniel Tostes, que debateu o assunto com Clenio Jair, juiz federal de Direito; e Daiane Nogueira de Lira, conselheira do Conselho Nacional de Justiça, com moderação de José Luiz Toro, consultor jurídico da UNIDAS. “É extremamente importante que as autoridades públicas competentes para a fiscalização dos agentes econômicos que atuam no setor de saúde suplementar busquem uma coordenação regulatória que garanta clareza nos comandos que lhes são dirigidos, de forma a prevenir segurança jurídica e evitar desperdícios”, afirmou Daniel Tostes.

Procurador-chefe da Procuradoria federal junto à ANS, Daniel Tostes, durante o painel “Segurança jurídica e judicialização: Novos critérios, novos paradigmas

Ainda na parte da manhã, a diretora de Normas e Habilitação dos Produtos da ANS, Lenise Secchin, cumpriu a função de moderadora do painel Acesso: Quem define o preço da inovação, que teve a participação de Cássio Ide Alves, diretor técnico médico e representante no CoSaúde pela Abramge; Clarice Petramale, representante no Cosaúde pela Unimed e Consultora Médica; e Denizar Vianna, superintendente do IESS. A diretora destacou a importância da troca de experiências: “Precisamos discutir prioridades, modelos de financiamento, parcerias e, principalmente, propósito”, reiterou Lenise Secchin. “Porque quando o preço de uma inovação é alto demais, não estamos apenas falando de orçamento, mas de tempo, de espera, de vidas que não podem aguardar”, disse ela.

A diretora de Normas e Habilitação dos Produtos da ANS, Lenise Secchin, durante o painel “Acesso: quem define o preço da inovação?”, ao lado de representantes da Abramge, Unimed e IESS

À tarde, o diretor-adjunto de Normas e Habilitação das Operadoras, César Serra, foi um dos debatedores do painel O financeiro no centro da estratégia: Sustentabilidade na prática, com moderação de Rodrigo Spada, membro do Conselho Deliberativo da UNIDAS, presidente da Afresp e FEBRAFITE. O tema foi discutido com Francisco Antonio Tavares Junior, CEO da Unimed Natal; e Marcos Roberto Moreira Ribeiro, diretor presidente da diretoria executiva da CASU/UFGM. O diretor apontou a inovação trazida pela [RN 649/2025](#), que dará maior liberdade para o segmento das operadoras de Autogestão crescer e renovar seu perfil de carteira. A Resolução, cujo objetivo é tornar o modelo mais transparente e sustentável, vai entrar em vigor no próximo dia 1º/7. “Os desafios característicos da operação de planos de saúde, em especial das autogestões, demandam inovações positivas. Há, no entanto, que se ter atenção nessa virada de chave. As autogestões não devem abandonar sua vocação de maior proximidade e cuidado com o cliente, e sim buscar caminhos que mantenham e fortaleçam essas características no cenário que se inicia a partir das novas regras”, observou o diretor-adjunto da DIOPE.

Da esquerda para a direita, Francisco Antonio Tavares Junior, CEO da Unimed Natal; César Serra, diretor-adjunto de Normas e Habilitação das Operadoras da ANS; e Marcos Roberto Moreira Ribeiro, diretor-presidente da CASU/UFGM, durante o painel “O financeiro no centro da estratégia: Sustentabilidade na prática”

A diretora-adjunta de Normas e Habilitação dos Produtos, Dominic Lourenço, representou a reguladora na oficina Visão estratégica para sustentabilidade em odontologia, ao lado de Athina Luiza Bamihas, responsável técnica FAPES/BNDES; e Emanuella Faheina Chaves Caminha, diretora do grupo Camed. Ela considerou o seminário como “uma oportunidade de aprendizado e diálogo com as autogestões”. “Elas têm um papel importante na saúde suplementar e podem contribuir muito para o aprimoramento setorial”, ponderou a diretora-adjunta da DIPRO.

A diretora-adjunta de Normas e Habilitação dos Produtos da ANS, Dominic Lourenço, ao lado de Athina Luiza Bamihas, responsável técnica da FAPES/BNDES, e Emanuella Faheina Chaves Caminha, diretora do grupo Camed, durante a oficina “Visão estratégica para sustentabilidade em odontologia”, realizada no 17º Seminário Unidas

Fonte: [ANS](#), em 24.04.2026.